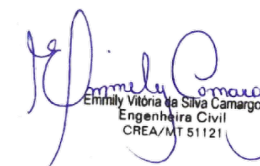


COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS)				COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS)			
ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		% SOBRE PV		ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		% SOBRE PV	
AC - Administração Central		4,00%		AC - Administração Central		4,00%	
DF - Custos Financeiros		1,23%		DF - Custos Financeiros		1,23%	
C - Riscos		1,27%		C - Riscos		1,27%	
S - Seguros e Garantias Contratuais		0,80%		S - Seguros e Garantias Contratuais		0,80%	
LO - Lucro Operacional		7,40%		LO - Lucro Operacional		7,40%	
TAXAS E IMPOSTOS		% SOBRE PV		TAXAS E IMPOSTOS		% SOBRE PV	
F - PIS		0,65%		F - PIS		0,65%	
G - COFINS		3,00%		G - COFINS		3,00%	
H - ISSQN		2,00%		H - ISSQN		2,00%	
Contribuição Previdenciária - Lei N° 13.161/15		4,50%		Contribuição Previdenciária - Lei N° 13.161/15		-	
Sub-total		10,15%		Sub-total		5,65%	
BDI COM IMPOSTOS		28,35% <th colspan="2">BDI COM IMPOSTOS</th> <th colspan="2">22,23%</th>		BDI COM IMPOSTOS		22,23%	
BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	LIMITE SUPERIOR	15,57%		BDI DIFERENCIADO (Acórdão 2622/2013 - TCU)	LIMITE SUPERIOR	15,57%	
	VALOR MÉDIO	14,02%			VALOR MÉDIO	14,02%	
	LIMITE INFERIOR	12,47%			LIMITE INFERIOR	12,47%	
FÓRMULA DO BDI							
Taxa / alíquota I		5%		Base de Cálculo		40%	


 Emilly Vitória da Silva Camargo
 Engenheira Civil
 CREA/MT 51121



CONSTRUÇÃO DA SEDE DO GRUPO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÕES SENSÍVEIS – GISE/MT

JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

1 Administração Central = 4,00%

A administração central de uma empresa de construção civil, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras ou serviços que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada uma, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como, por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

No caso em pauta, como se trata da execução de obra de reforma, adotou-se como razoável e dentro dos limites estipulados pelo regramento, o percentual de 4,0%, valor médio adotado conforme Acórdão do TCU nº. 2262/2013 (TC 036.076/2011-2), apresentando no final deste documento.

2 Seguros e Garantias contratuais = 0,80%

É usual a adoção de uma taxa de seguros, no BDI, até 1%. Como a atividade em questão é a execução de obra, há decréscimo dos riscos imprevistos; adotou-se, por isso, o percentual de 0,80%, valor médio adotado conforme Acórdão do TCU nº. 2262/2013 (TC 036.076/2011-2), apresentando no final deste documento.



3 Custos Financeiros = 1,23%

Para as despesas financeiras, foi adotada a taxa média do acórdão 2622/2013, de 1,23%,

4 Impostos = 5,65% (COFINS = 3,00%. PIS = 0,65% e ISSQN = 2,0%)

Contabilmente, não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considerando-se, portanto, que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISSQN para a cidade de Cuiabá/MT, para execução de obras de qualquer natureza é 5%. Considerando a dedução de Base de Cálculo do ISSQN a alíquota se reduz para 2,0%, de acordo com a Lei Complementar nº 116/2003 Art. 244, § 13 do CTM dispõe que "O contribuinte poderá optar pela utilização da base de cálculo estimada do ISSQN no valor de 40% (quarenta por cento), ficando dispensado da obrigação prescrita no § 12 deste artigo. (Redação dada pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 142 de 10-10-2006, publicada na Gazeta Municipal nº 813, de 10-10-2006).

5 Lucro Operacional = 7,9%

Geralmente, considera-se coerente o valor de 7,9% para o lucro do empreendimento; essa é, inclusive, uma recomendação do TCU que coloca um intervalo entre 7 e 8,5% para bonificação e honorários.

Define-se como sendo benefício ou lucro a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto."

Como o empreendimento almejado é reforma, entende-se que não se deve comparar e remunerar, por exemplo, "encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras", pois não é característico dessa atividade. Considerando que maior parte do trabalho dar-se-á em obras civis de reforma.

6 Risco Operacional = 1,27%

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros

Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros, aqueles cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras, etc.